

## **EFEITO *QUALIS*: “Transformar o professor em escritor de textos ‘A’ sem vínculo com a docência e a formação”**

**Isabela Cristina Marins Braga  
Ranilce Mascarenhas Guimarães Iosif**

### **Resumo**

O artigo discute o impacto da atual política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* sobre o trabalho docente, tecendo uma análise acerca do sistema *Qualis* Capes. Os dados apresentados referem-se a um recorte de uma pesquisa de mestrado realizada junto a dois programas da área de Educação da região Centro-Oeste do País. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, cujos dados foram coletados a partir das técnicas da análise documental, questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontaram que o excesso de critérios quantitativos presentes no *Qualis*, coloca a pesquisa em uma situação privilegiada em relação à docência, e conseqüentemente, afeta a atuação social do professor, que se vê diante de uma intensa cobrança por produção acadêmica, com a constante preocupação em escolher uma revista bem avaliada para publicar.

**Palavras-chave:** Política de Avaliação da Pós-graduação em Educação. Trabalho Docente. Sistema *Qualis* Capes.

### **Introdução**

Historicamente, a educação superior no Brasil, foi marcada por um esforço hercúleo para se estabelecer na sociedade e ser reconhecida como fundamental para a construção do conhecimento e desenvolvimento social. A restrição ao acesso, apenas àqueles indivíduos mais abastados e a falta de incentivo à pesquisa deram o tom da educação superior por vários anos. Apesar da missão atribuída à universidade, estar relacionada à prática do ensino-pesquisa-extensão, foi o delineamento da pós-graduação, na década de 1970, que deu vida a esse tripé. A partir daí, as universidades, especialmente as públicas, federais e estaduais, assumiram um novo compromisso com a responsabilidade de contribuírem para o desenvolvimento social do País, tendo em vista o ideal de modernização, tão sonhado pelo então regime militar. (SEVERINO, 2011).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão que coordena o nível *stricto sensu*, desde sua criação, tem se empenhado no sentido de aprimorar a oferta e a qualidade dos cursos, estabelecer metas e nortear os indicadores da política de avaliação, através dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). Não se pode negar que a pós-graduação no Brasil vivencia um momento de expansão e consolidação cujo mérito pode ser atribuído ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) amplamente reconhecido pela

comunidade científica, responsável pela oferta de cursos nos níveis de mestrado e doutorado, acadêmico e profissional. Contudo, a influência neoliberal nas políticas educacionais, especialmente a partir da década de 1990, transformou o *ethos* acadêmico, fazendo com que a função social da universidade, de formar cidadãos críticos e emancipados, desse lugar a uma formação mercantilizada.

A própria produção científica que, acima de tudo, deveria contribuir para a construção e disseminação do conhecimento, acabou se tornando um grande alvo da globalização hegemônica, que através dos atuais mecanismos de avaliação, trazem uma nova concepção para o termo qualidade, agora quantificável e fundamental para a promoção do ranqueamento entre as Instituições de Ensino Superior (IES).

Com base nesse cenário, este trabalho discute o impacto da atual política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* sobre o trabalho docente e a prática da pesquisa, tecendo uma análise acerca do sistema *Qualis*, que compõe a avaliação adotada pela Capes, para aferir a qualidade da produção intelectual acadêmica dos programas de pós-graduação. Os dados aqui apresentados, referem-se a um recorte de uma pesquisa concluída em 2012, coletados em dois programas da área de Educação, na região Centro-Oeste do Brasil, sendo um pertencente a uma IES pública e outro a uma IES privada confessionnal. O objetivo geral do estudo foi investigar como a atual política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e as IES concebem e promovem a cidadania e a aprendizagem dos docentes que atuam nos programas em Educação.

O aporte metodológico contou com o estudo de caso qualitativo, sem entretanto, desconsiderar os dados quantitativos e, como técnicas de pesquisa, utilizou-se a análise documental tanto de alguns documentos institucionais, como regimentos e planos de carreiras, como também documentos referentes à penúltima avaliação trienal 2007-2009, além da aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados teve como suporte o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para os dados quantitativos e para os dados qualitativos, utilizou-se a análise de Conteúdo de Bardin (1977).

Os resultados evidenciaram que a exigência exacerbada pela produção intelectual e a constante preocupação em publicar os trabalhos em uma revista bem avaliada no *Qualis*, afetam o trabalho docente e inibem a prática social da pesquisa.

Este trabalho está dividido em três partes: a primeira trata da política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*: avanços e contradições; a segunda refere-se ao sistema *Qualis*

Capex; e, por fim, a terceira parte analisa o efeito *Qualis* sobre o trabalho docente: incentivo à pesquisa ou à produção artificial?

### **A política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*: avanços e contradições**

A pós-graduação representa um dos melhores segmentos educacionais do Brasil. Por meio das pesquisas que desenvolve, tem conseguido, ao longo da sua existência, retratar a realidade da sociedade, além de contribuir para a formação de recursos humanos para vários setores nacionais e internacionais. (SEVERINO, 2011).

A Capex, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação no País. Suas diretrizes são estabelecidas através dos PNPGs, que traçam as políticas orientadoras do Sistema Nacional de Pós-graduação em um dado período de tempo, como é o caso do PNPG 2005-2010 (BRASIL, 2004), analisado neste trabalho. Como apontam Hostins (2006), Kuenzer; Moraes (2005) este documento trouxe alguns elementos diferentes para a ideia da pós-graduação, uma vez que seu foco é centrado na formação de profissionais diversificados capazes de atender ao mercado acadêmico e não acadêmico e ao setor público e privado.

Com o intuito de dar continuidade aos planos anteriores e aprimorá-los, o PNPG 2005-2010 (BRASIL, 2004) deixa claro o objetivo de expandir a pós-graduação de maneira a elevar expressivamente o número de pós-graduandos, para contribuir com a educação superior, ciência, tecnologia e setor empresarial. E, é claro que para isso, a manutenção de um sólido sistema de avaliação é cada vez mais importante. A avaliação conduzida pela Capex para manter a qualidade do ensino nos cursos de Mestrado e Doutorado, é realizada em conjunto com as áreas, que somam um total de 48, sendo que, cada uma delas estabelecem sua própria comissão de avaliação.

Entretanto, ao analisar o documento de área da Educação e a ficha de avaliação trienal 2007-2009 (BRASIL, 2009; 2010) observa-se que a maioria dos seus critérios são quantitativos, pois recaem principalmente sobre o número de produção de artigos, livros, *papers*, dissertações e teses de teor acadêmico.

Para a área de Educação, a nova dinâmica do Estado, agora revestido em seu mais novo papel de Avaliador e Regulador (AFONSO, 2003) pode trazer sérias consequências, pois esta é a responsável pela formação de professores e pesquisadores para todos os níveis de ensino e para diversas áreas. Mais do que enfatizar o resultado da avaliação em número de produção docente e discente, desvinculada da atuação cidadã e da prática social da pesquisa,

os objetivos da política de avaliação deveriam se centralizar, como aponta Akkari (2011, p. 12), na “[...] adequação entre os elementos de uma política educacional e as necessidades socioculturais encontradas.” Entretanto, o foco acaba sendo outro, já que interesses econômicos estão em jogo.

A área de Educação encontra-se em consolidação no que tange à pesquisa, e está em plena expansão. Ao analisar o relatório de Avaliação Trienal 2007-2009 (BRASIL, 2010) comparando com os dados do triênio 2010-2012 (BRASIL, 2013) é possível perceber um grande aumento no número de programas, que saltaram de 95 para 205. Esses resultados refletem a organicidade dos programas e avanços quanto à produção, inclusive no que se refere aos veículos de publicação. Entretanto, a área não está isenta de seguir o atual modelo de avaliação da Capes, pois o teor de seus critérios concentra-se no quantitativismo, especialmente no que se refere ao número de produção acadêmica realizada pelos programas.

O quesito inserção social, por exemplo, tem pouco peso na avaliação, pois mais vale um artigo ou capítulo de livro, publicados em veículos bem valorizados no *Qualis*, do que um material didático para atender a alunos da Educação Básica. Para os autores Akkari (2011) e Dale (2004), isso converge para a descentralização do Estado, alvo da globalização hegemônica, que apostou na reconfiguração das políticas educacionais para assegurar a qualidade e manter as metas estabelecidas pelo mercado.

Nesse sentido é imperioso refletir sobre o papel da universidade, e, é claro, da pós-graduação, diante dessa mudança da cultura acadêmica, por influência neoliberal (GUIMARÃES; CHAVES, 2011). A intensificação do trabalho docente, pela excessiva cobrança por produtividade, aliada às condições precárias de trabalho e carreira desestruturada, são elementos balizadores do atual contexto educacional. O arcabouço que envolve a avaliação da pós-graduação, necessita de novas diretrizes para as atuais políticas que a fundamentam, de maneira que outros atores não tomem o papel que desde sempre, deveria ser ocupado pelo Estado. (DALE, 2004; SHULTZ, 2012).

## **O Sistema *Qualis* Capes**

A palavra avaliação tem-se popularizado no meio educacional, e muitas vezes passa-se por um “clichê”, especialmente quando a ela se relaciona qualidade e desempenho. No caso da pós-graduação *stricto sensu*, a preocupação com a qualidade e a prática da avaliação, está inserida não apenas na estrutura dos programas e condução das atividades docentes, mas, principalmente na produção científica, ou seja, na pesquisa.

Como mostra Trzesniak (2006) a avaliação dos periódicos é uma prática antiga, e por algum tempo, foi conduzida de maneira mais informal pelos pesquisadores, que procuravam conhecer a revista para a qual pretendiam enviar seu manuscrito. Algum tempo depois, a demanda por avaliação de periódicos fez surgir os indexadores, em 1982, como foi o caso da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e mais recentemente a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Mas, como reforça o autor “[...] foi sem dúvida o *Qualis* que veio ‘popularizar’ a avaliação formal, explícita e criteriosa de periódicos entre os pesquisadores.” (TRZESNIAK, 2006, p. 347, grifo do autor).

O *Qualis*, aplicativo que compõe o sistema de avaliação adotado pela Capes, tem como finalidade aferir a qualidade da produção intelectual acadêmica dos programas de pós-graduação, classificando-os em estratos A, B, C e observando quesitos como circulação, ou seja, se sua divulgação é local, nacional ou internacional. Por meio das informações que os programas de pós-graduação fornecem ao aplicativo de Coleta de Dados, a Capes classifica os veículos que eles utilizam para divulgar sua produção intelectual. Vale ressaltar que um mesmo periódico pode receber avaliações diferentes, não por falta de critério na avaliação, mas por uma questão de interesse daquele periódico com a área. A consulta aos periódicos e sua classificação é feita através do *WebQualis*, disponibilizado no site da própria Capes.

De acordo com o Documento de área (BRASIL, 2009), o *Qualis* periódicos em Educação é composto por 1070 periódicos, sendo que destes, 130 são classificados no estrato A, subdividindo-se em 52 no estrato A1 e 78 no A2 e 940 no estrato B, da seguinte forma: B1 com 119, B2 com 123, B3 com 169, B4 com 204 e B5 com 325 periódicos. Essa classificação é estabelecida por critérios que são comuns à grande área de Humanas. Vale lembrar que os estratos A1 e A2 são amplamente reconhecidos pela área, e compõem periódicos de alcance internacional. Os estratos B1, B2, B3 correspondem a publicações reconhecidas pela área e que tenham alcance nacional. Os estratos B4 e B5 têm pesos menores e devem, no mínimo, ter um alcance regional. O estrato C indica que um determinado periódico é classificado como Sem Valor para publicação.

Quanto à classificação de Livros, os estratos se dividem em L4, L3, L2 e L1, sendo que os dois primeiros apresentam maior peso. Essa classificação foi recentemente aprovada em uma reunião do Conselho Técnico-Superior da Educação Superior (CTC-ES), em 24 de agosto de 2009, compondo um Roteiro para Classificação de Livros, para ser utilizado em 23 áreas, a partir da avaliação de 2010. Conforme o documento de área (BRASIL, 2009) a Educação tem feito um esforço para estabelecer critérios de avaliação para classificação dos livros, uma vez que reconhece a sua importância como meio de divulgação das pesquisas.

Como para a Avaliação Trienal 2007-2009, o roteiro para classificação de livros ainda não havia sido aprovado, a área orientou aos programas que relacionassem os livros publicados de acordo com os estratos de classificação do *Qualis*, para que fossem encaminhados anualmente ao Comitê.

Entretanto, mesmo a área reconhecendo a importância do livro para difusão do conhecimento, há ainda um grande abismo entre os livros e os artigos publicados em periódicos científicos, visto que estes últimos são mais reconhecidos e valorizados pela avaliação da Capes, no sistema *Qualis*. Tanto que o próprio Documento de Área (BRASIL, 2009) destaca o grande peso que os artigos em periódicos representam no quesito produção bibliográfica, além de reforçar que as reedições de livros, por exemplo, valem metade da nota na avaliação.

Em maio de 2012, a área de Educação divulgou um comunicado sobre o processo de análise e qualificação dos períodos, realizado até 2010, em que é possível verificar uma evolução do número de periódicos, passando dos 1.070 supracitados (BRASIL, 2009) para 1.721, descontando os impróprios e os do estrato C. Desse total, os estratos ficaram assim distribuídos: 5,2% (A1), 7,7% (A2), 12,5% (B1), 13,8% (B2), 17,2% (B3), 21,5% (B4) e 22,1% (B5). Esta análise levou em consideração periódicos já existentes e periódicos novos que foram submetidos à classificação.

Apesar da importância da avaliação dos periódicos para manter a qualidade das pesquisas produzidas pela pós-graduação, o *Qualis* se configura em um complexo sistema, que adota essencialmente critérios quantitativos e que acaba promovendo uma hierarquização entre os periódicos e uma segregação entre os veículos de divulgação das produções intelectuais e os programas de pós-graduação (ROCHA-E-SILVA, 2009). Em função disso, o mesmo autor refere-se aos critérios do *Qualis* como uma “numerologia alienada”, e que, na verdade, deveria ser uma decisão de mérito, isto é, tomada pelos pares de cada área, e não se tornar mais um aporte político.

### **O efeito *Qualis* sobre o trabalho docente: incentivo à pesquisa ou à produção artificial?**

A nova dinâmica do trabalho do professor da pós-graduação em Educação, envolve um intenso conjunto de atividades, que não se limitam apenas à sala de aula, mas exigem sobretudo, um vasto currículo de produção acadêmica. Além de dedicar boa parte do seu tempo a essa atividade, o docente também precisa buscar se informar sobre o melhor

periódico para publicar seu trabalho, conforme as orientações do *Qualis*, já que se trata de um dos mais importantes critérios da avaliação.

Sobre o *Qualis*, os docentes dos programas investigados fizeram importantes considerações, e mesmo concordando que a avaliação é necessária, e que o sistema contribui para a disseminação das pesquisas, destacaram que este tem-se tornado cada vez mais opressor e elitizado, o que muitas vezes limita a publicação das pesquisas e terroriza a vida de muitos professores. Em relação a isso, foi solicitado aos respondentes que descrevessem a sua opinião sobre o *Qualis*, o que pode ser constatado no quadro abaixo:

**Quadro 1: Qual a sua opinião sobre o *Qualis*?**

<b>DOCENTES IES PRIVADA</b>
Classificação precária pelo quantitativismo, com especial ênfase a certos critérios.
Sistema rígido, que ainda não reflete na qualidade dos materiais publicados.
Grande represamento no acesso dos periódicos e das condições de produção científica no país.
<b>Não concordo com este modelo porque ele limita demais as escolhas de espaços para publicação e os critérios adotados pela Capes para a classificação não são claros. Essa “Qualificação” está prejudicando a qualidade do nosso trabalho.</b>
Válida, mas rígida.
Entendo a necessidade de estabelecer uma classificação, mas penso ser necessário publicizar e democratizar os critérios.
Serve de referência para publicações e, concomitantemente, para o mercado acadêmico de classificação.
Avaliar é sempre muito difícil! O maior problema encontra-se nos critérios estabelecidos e naquele que avalia (há sempre uma subjetividade).
<b>DOCENTES IES PÚBLICA</b>
<b>Transformar o professor (docente) em escritor de textos “A” sem vínculo com a docência e a formação.</b>
É um sistema Capes (cioso) e Capes (talista). Controla os vínculos acadêmicos e a autonomia universitária (própria do professor), impondo uma produção e uma divulgação em lugares (revistas) onde não há lugar para todos. Ou seja, na origem, classifica, discrimina e exclui, criando uma falsa (e alienada) noção de qualidade.
Deveriam valorizar mais as publicações da difusão da pesquisa aos professores da

Educação Básica.
Parâmetro e referencial necessários para balizar o processo de divulgação científica.
Complexa, confusa e com pesos diferentes para determinadas áreas.
Limitante, pois muitas revistas estrangeiras não estão listadas.
<b>É completamente desvinculado do trabalho docente, da sala de aula, da formação. Um artigo em norueguês, lido por 50 pessoas no máximo é “mais valorizado” do que um material didático de alfabetização para 10.000 jovens e adultos.</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2012 (grifo nosso).

Conforme as colocações acima, a maioria dos docentes enxerga o *Qualis* como algo que dificulta a publicação, pois não apenas limita, mas também exclui certas revistas ou periódicos. Apoiados em critérios quantitativistas, diminuem até mesmo a autonomia do professor para escolher onde quer publicar. Mesmo que a avaliação do *Qualis*, seja necessária para organizar o processo de divulgação das pesquisas, como apontaram alguns docentes, o quadro acima mostra que o sistema está aquém da qualidade social vislumbrada pela área de Educação. Valoriza-se demasiadamente a quantidade em detrimento da qualidade e desconsidera-se os efeitos subjetivos desse processo sobre o trabalho docente.

De modo geral, os fundamentos do *Qualis* acabam por distorcer a avaliação quando manifestam de maneira contundente os interesses do mercado, conforme mostra Silva (2009, p. 120) ao dizer que o *Qualis*

[...] de fato, funda-se 1) na necessidade de produção, na exigência de produtividade cada vez maior; e, 2) no poder burocrático (as instituições que detêm o controle dos recursos necessários à pesquisa e à produção intelectual e o poder de decidir normas que influenciam decisivamente sobre a carreira docente).

O represamento das revistas mais bem avaliadas pelo *Qualis*, também foi destacado pelos docentes, uma vez que gera grande pressão no seu trabalho. Independentemente das condições que tem para escrever, os docentes devem seguir a regulação da Capes e publicar. O não cumprimento desse critério pode levar ao descredenciamento ou desligamento do professor tanto do programa, como também da instituição em que atua, especialmente no que se refere aos docentes da IES privada.

[...] Difícil às vezes para gente publicar numa revista A1, A2, porque? É porque essas revistas que são mais qualificadas, a tendência delas também é receber o que, receber professores [...] entende, que estão já consolidados, nas suas áreas de pesquisa, que estão

consolidados nos grupos de pesquisa, que estão consolidados nas universidades de maior qualidade, então às vezes é difícil furar essa barreira [...] (DOCENTE 6, IES PRIVADA).

[...] a avaliação é muito rigorosa e a gente tem assim [...] problemas [...] porque tem que publicar numa A, B. Tem toda uma nomenclatura aí a considerar né? Às vezes a gente tá publicando numa coisa e [...] teria que ser considerado do ponto de vista de uma análise [...] que assim, compreenda a questão do qualitativo, junto com o quantitativo [...] (DOCENTE 3, IES PÚBLICA).

A reconfiguração das políticas educacionais para atender ao neoliberalismo, não apenas contempla uma avaliação voltada para o produto final, como também, no caso do *Qualis*, acaba não tendo o alcance que deveria, uma vez que as melhores revistas para se publicar não chegam a todos na sociedade. Mas o que se percebe é que a Capes procura, com a ajuda deste aplicativo, dar mais prestígio a certas revistas, cujos critérios de classificação não são muito claros. Isso compromete a democratização do conhecimento, uma vez que nem todos têm acesso às pesquisas produzidas pela pós-graduação *strictu sensu*.

O peso da avaliação é tão intenso que os docentes, ao publicarem seus trabalhos, procuram optar apenas por revistas bem avaliadas pelo *Qualis Periódicos*. Nos programas investigados, foi possível constatar que os professores publicam principalmente, nas revistas com notas B1 e B2, ficando em segundo lugar, as publicações em anais de seminários e congressos, nacionais e internacionais. Além disso, em termos de produção acadêmica, destacaram que o mais valorizado são os artigos, seguidos pelos capítulos de livros. Uma terceira opção, seriam os livros, o que mostra um dado curioso, visto que esse importante veículo de divulgação, é o mais utilizado pelos alunos de todos os níveis de ensino.

Alguns docentes também ressaltaram que gostariam de ter a liberdade de escolher onde publicar e, a maioria, afirmou preferir escrever capítulos de livros do que artigos. Contudo, em função dos critérios de avaliação estabelecidos, acabam publicando mais artigos, com medo de comprometer a nota do programa e até mesmo colocar em risco sua permanência como docente da pós-graduação. Como consequência, os professores sentem-se impotentes diante da pressão que cerca o processo de avaliação da Capes, que se ancora cada vez mais em critérios quantitativos baseados, principalmente, nas publicações avaliadas pelo sistema *Qualis*.

Com relação ao trabalho docente, os atuais critérios adotados pelo *Qualis*, contribuem para a intensificação das atividades exercidas pelo professor. Ampliou-se a cobrança por um tipo específico de publicação, e descaracterizou-se em grande medida, o papel da docência como destacam Moreira, Hortale e Hartz (2004). A pesquisa é indiscutivelmente uma forma

de construção do conhecimento, mas esta não pode ser uma máxima da avaliação e, muito menos, transformada em algo artificial.

### **Algumas considerações**

Diante do atual contexto educacional, a avaliação tornou-se o elemento central da globalização hegemônica, pois seus objetivos focam resultados e produtividade, respaldados ao mesmo tempo, num caloroso discurso sobre qualidade. Nesse sentido, este estudo buscou analisar o impacto da política de avaliação da pós-graduação em Educação sobre o trabalho docente e a pesquisa, com enfoque no aplicativo *Qualis* da Capes.

Os resultados evidenciaram que mesmo colaborando para a organização sistemática dos veículos de publicação da produção intelectual, o sistema *Qualis* se caracteriza pelo controle estrito pelo controle, contribuindo muito pouco com a qualidade das pesquisas e, conseqüentemente da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Há uma corrida entre os programas por uma nota para se manterem no mercado, o que influencia fortemente esse nível de ensino. O que é priorizado na avaliação protagonizada pela Capes é a produção intelectual de caráter quantitativo, sendo que o mais valorizado é o artigo publicado em periódicos bem avaliados no sistema *Qualis*. O ensino e a extensão são cada vez menos reconhecidos.

O *Qualis* periódicos merece ter seus critérios revistos, para que as publicações não tenham esse caráter tão elitista e as pesquisas tenham realmente um grande alcance social, contribuindo para o desenvolvimento da educação brasileira. Além do mais, a valorização da pesquisa, em detrimento da docência, compromete a relação aluno-professor e afeta, sobretudo, o aprendizado e a cidadania de ambos.

### **Referências**

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 22, p. 35-46, jan/fev/mar/abr 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a05.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70 Ltda, 1977.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Dez. 2004. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-anteriores>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área 2009**. Disponível em:

<[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDUCA\\_19jun10.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDUCA_19jun10.pdf)> Acesso em: 21 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Avaliação 2007-2009 Trienal 2010**. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/03/EDUCA%C3%87%C3%83O-REL-AVAL.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área 2013**. Disponível em:

<[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Educa%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 31 ag. 2013.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago.2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012.

GUIMARÃES, André Rodrigues; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Trabalho docente universitário e privatização do conhecimento público: considerações preliminares. In: **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana**. 2011. UFSC, Florianópolis-SC/Brasil, 2011, p. 1-16. Disponível em:

<[http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo\\_09/e09d\\_t003.pdf](http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_09/e09d_t003.pdf)> Acesso em: 23 maio 2012.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis-SC, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/.../9578>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e Tramas na pós-graduação em Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27284.pdf>> Acesso em: 26 set. 2011.

MOREIRA, Carlos Otávio F.; HORTALE, Virgínia Alonso; HARTZ, Zulmira de Araújo. Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-graduação**, n. 1, jul. 2004. Disponível em:

<[http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1\\_1\\_jul2004\\_/26\\_40\\_avaliacao\\_da\\_posgraduacao.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_1_jul2004_/26_40_avaliacao_da_posgraduacao.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2011.

ROCHA-E-SILVA, Maurício. O novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil: carta aberta ao presidente da CAPES. **Clinics**, p. 721-724, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/clin/v64n8/a02v64n8.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A Avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Políticas Públicas e**

**Gestão da Educação:** polêmicas, fundamentos e análises. 2 ed. Brasília-DF: Liber Livro, 2011. p. 49-72.

SHULTZ, Lynette. Governança global, neocolonialismo e respostas democráticas para políticas educacionais. In: GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. (Org.) **Política e Governança Educacional:** contradições e desafios na promoção da cidadania. Brasília: Universa: Líber Livro, 2012. Cap. I, p. 27-40.

SILVA, Antônio Ozaí da. A sua revista tem QUALIS? **Mediações**, v. 14, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2009. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3350/2736>> Acesso em: 22 ago. 2012.

TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 346-361, maio/ago. 2006. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a13v11n32.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2012.